

Natalia Czopek

Universidade Jaguelónica de Cracóvia, Polónia  
natalia.1.czopek@uj.edu.pl

 <https://orcid.org/0000-0001-6642-3127>

## SITUAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM CABO VERDE AO LONGO DOS SÉCULOS E NA ATUALIDADE – CONTEXTOS ESCOLHIDOS

**The situation of the Portuguese language in Cape Verde over the centuries and nowadays – selected contexts**

### ABSTRACT

In this paper, we intend to make some observations about the changes that can be noticed in Cape Verde's language policy, with a special focus on the social use and prestige attributed to European Portuguese (EP) over the centuries. The analysis concentrates on two chosen contexts in which the EP currently has a certain vitality: formal education and religious services. This part also includes the results of an individual sociolinguistic project carried out *in situ*, in which an oral corpus of 150 interviews with adult informants from the islands of São Vicente and Santiago (89 women and 61 men) was collected, with their level of education, frequency of exposure to EP, and age as sociolinguistic variables. The methodology used to analyse the data is quantitative, and the focus of the questions is put on the current situation of the EP as a result of the historical and social processes previously described.

**KEYWORDS:** Portuguese in Cape Verde, diglossia, education in Cape Verde, religion in Cape Verde, language choice

## 1. INTRODUÇÃO

A situação linguística atual das nove ilhas habitadas do arquipélago de Cabo Verde é o resultado direto das condições históricas e sociais que determinaram a presença da língua portuguesa no seu território, conduzindo a uma política linguística idiossincrática: a única língua oficial reconhecida é o português europeu (PE) embora o crioulo cabo-verdiano (CCV) seja a língua materna da grande maioria da população, que a utiliza quase exclusivamente nas interações quotidianas. As duas línguas coexistem pacificamente numa distribuição funcional, sendo o PE a língua principal do ensino, da escrita, da comunicação

internacional e da alta formalidade, por exemplo ao nível governamental. O CCV, por sua vez, prevalece em todos os outros contextos comunicativos como um dos principais marcadores da identidade dos cabo-verdianos. No entanto, um bilinguismo social generalizado e coeso entre cidadãos de todas as classes socioeconómicas está longe de ser uma realidade (Cardoso 2018: 126). O bilinguismo continua a ser um fenómeno individual, condicionado pela história pessoal de cada falante e correlacionado com a estratificação social do país, já que o PE sempre foi a língua da elite profundamente lusitanizada, enquanto a maioria da população tinha um acesso restrito ao padrão linguístico oficial, mal sabendo falá-lo e muito menos escrevê-lo (Duarte 1998; Swolkien 2015: 108). Assim, o contexto socio-linguístico cabo-verdiano costuma ser descrito como (1) uma diglossia com vantagem para o CCV em contextos de oralidade e para o PE na escrita (Veiga 1995; Duarte 1998; Delgado 2009), ou (2) como uma diglossia com bilinguismo, em que o modo de aquisição e o apoio institucional dado a cada língua diferem (Fishman 1980; Lopes 2016).

No presente trabalho, pretende-se colocar algumas observações sobre as mudanças que se têm podido observar na situação linguística de Cabo Verde, com enfoque no uso a nível social e no prestígio atribuído ao PE ao longo dos séculos. A análise concentrar-se-á em dois contextos escolhidos em que o PE tem atualmente uma vitalidade considerável e que podem exercer uma influência importante na manutenção ou mudança linguística no país (Rosa 2010): o ensino formal e os serviços religiosos. Esta parte incluirá também os resultados de um projeto sociolinguístico individual realizado *in situ* entre outubro de 2016 e setembro de 2017<sup>1</sup>, no âmbito do qual foi recolhido um *corpus* oral de 150 entrevistas com informantes adultos das ilhas de São Vicente e Santiago (89 mulheres e 61 homens), sendo as variáveis sociolinguísticas consideradas o seu grau de escolaridade, a frequência de exposição ao PE e a idade (19 a 84 anos)<sup>2</sup>. A metodologia aplicada na análise dos dados será quantitativa, sendo o foco principal das perguntas a atitude dos inquiridos perante a situação atual do PE, como resultado dos processos históricos e sociais descritos.

## 2. OS INÍCIOS DA PRESENÇA DA LÍNGUA PORTUGUESA EM CABO VERDE

As primeiras referências ao arquipélago de Cabo Verde remontam ao século XII, altura da primeira tentativa árabe de explorar a costa ocidental do Atlântico. É provável que algumas tribos senegalesas tivessem a noção da existência das ilhas antes da chegada dos portugueses. No entanto, nenhuma destas apresentava sinais de presença humana anterior à chegada dos portugueses que foram, sem dúvida, os primeiros a colonizá-las, tornando-as parte das suas possessões ultramarinas no século XV (Carreira 1983). Devido à sua

---

<sup>1</sup> A realização do projeto foi possível graças a uma bolsa atribuída pelo Camões, I.P. no âmbito do programa Fernão Mendes Pinto.

<sup>2</sup> As entrevistas, de duração média de uma hora, eram semidirigidas e continham, além da parte que visava definir o perfil pessoal, profissional e escolar do informante, 19 perguntas abertas cujo eixo principal era a situação do PE nas duas ilhas.

Todos os informantes participaram no projeto de forma consensual, tendo sido informados sobre a sua finalidade e utilização científica dos resultados.

posição geográfica estrategicamente vantajosa, Cabo Verde tornou-se o centro comercial dos escravos da costa ocidental de África, interligando duas rotas comerciais: a africana e a euro-africana. Em 1461, famílias da região algarvia de Portugal foram transportadas para a ilha de Santiago, no Sotavento, seguindo-se, em 1466, os primeiros padres missionários. Estes primeiros colonizadores introduziram o PE em solo cabo-verdiano (Bento 2015: 69).

Na fase inicial da colonização, a falta de um meio de comunicação comum deu origem ao CCV, que se tornou a língua materna da população autóctone nascida das relações entre pais portugueses e mulheres africanas. Simultaneamente, a imposição dos hábitos linguísticos e culturais do colonizador à população escravizada, designada por ladinização, concentrou-se nas primeiras ilhas povoadas (Santiago e Fogo), incluindo, entre outras coisas, instrução rudimentar não formalizada no PE, batismo e catequese através de intérpretes. A resistência cultural a este processo foi maior em Santiago, onde até hoje se encontram mais traços linguísticos africanos no CCV, a par de alguns vestígios da língua portuguesa do século XVI (Neves 2007). Estas raízes da educação cabo-verdiana evoluíram para uma instrução missionária conduzida no CCV, dado o uso generalizado desta língua (Freitas 2011: 175). Era sintomática em Cabo Verde uma tendência geral para a assimilação linguística e cultural entre os colonos brancos, que abandonaram largamente o PE em favor do CCV (Veiga 1995: 24). Curiosamente, a população chegou mesmo a considerar o uso do PE depreciável, sobretudo no caso das mulheres (Swolkien 2015: 47, 76–77, 81–97).

### 3. ENSINO FORMAL E SISTEMATIZADO EM CABO VERDE

Na primeira metade do século XIX, começaram as tentativas oficiais de mudar a situação linguística referida anteriormente, visando ao aumento do prestígio do PE sobretudo através da criação de um sistema de ensino formal e sistematizado que fazia parte da ideologia colonial (Lopes 2016: 41). Entre 1817 e 1866, abriram-se quatro escolas públicas em diferentes ilhas, entre as quais o famoso berço dos intelectuais cabo-verdianos, o Seminário-Liceu de São Nicolau. A política linguística adotada neste contexto suscitou muita polémica devido à imposição do PE como língua oficial do ensino, promovendo a assimilação cultural e o ideal de um império português unificado (Freitas 2011: 311–316). Gradualmente, o uso do CCV no ambiente académico foi sendo proibido, o que contrariava as práticas sociolinguísticas quotidianas, aumentando as diferenças sociais e contribuindo para que o PE se tornasse a língua da elite. Na ilha de São Vicente, este fenómeno foi reforçado pela abertura do Porto Grande do Mindelo ao comércio internacional, devido à qual surgiu lá uma próspera burguesia branca e mulata que começou a adotar o PE por causa do prestígio que este lhe conferia, dando início à transição para o estado atual da diglossia. No entanto, mesmo durante o tempo da chamada educação republicana, havia relatos do uso do CCV em contexto académico, não só durante os intervalos, em parte porque o pessoal docente não tinha competência suficiente no PE (Freitas 2011: 182; Cardoso 2018: 135). Por isso, em 1959, os alunos do famoso Liceu Infante D. Henrique foram proibidos de falar o CCV não só nas salas de aula, mas também em todo o recinto da escola (Carvalho 2011). Ao mesmo tempo, como apenas uma parte limitada da sociedade tinha contacto regular com o PE, as barreiras sociais fomentaram o monolingüismo

em CCV, sem que falar o PE fosse considerado parte da identidade cabo-verdiana. Assim, durante o período pré-independência, havia uma tendência entre os estudantes para rejeitar ativamente o PE e usar a língua materna como forma de reafirmar a sua identidade cultural e social (Rosa 2010: 22).

No entanto, após a independência de Cabo Verde, em 1975, o PE foi escolhido como a língua oficial do país. Embora o acesso ao ensino primário e secundário em PE se tenha generalizado, este continua a funcionar como um “filtro social” que se reflete nos níveis de competência da população. Os cabo-verdianos por via de regra têm o primeiro contacto com o PE quando entram na escola primária e as suas experiências do uso desta língua limitam-se à sala de aula. Além disso, a qualidade do ensino formal tem deixado muito a desejar, o que resulta em elevadas taxas de insucesso escolar (Lopes 2016). Este facto tem levado alguns autores a afirmar que a narrativa do bilinguismo generalizado é uma falácia (Neves 2007: 75). Como observa Lopes (2016: 20–37), há uma tendência crescente entre os cabo-verdianos para acreditarem que atualmente se fala e escreve cada vez menos português “correto”, tendo como ponto de referência o PE. Esta crença é sintomática de uma falta de informação sobre a existência de diferentes variedades nacionais do português, bem como de muitos preconceitos sociais e linguísticos, dificultando a mudança da política linguística atual que continua a favorecer as classes altas, funcionando antes como um instrumento de manutenção da desigualdade, apesar de algumas intervenções governamentais nesta área que se têm podido observar nos últimos anos. Em 2012, foi criada a Comissão Nacional para as Línguas, com o objetivo de igualar o estatuto do CCV e do PE, construindo um bilinguismo social efetivo (Baptista, Brito, Bangura 2010: 273, 277). Em 2021, o Ministério da Educação anunciou que, a partir do ano letivo de 2022–2023, o CCV seria introduzido a título experimental como disciplina do novo plano curricular do ensino secundário, a partir do 10.º ano. O PE, classificado como segunda língua desde 2016, não deixará de ser a língua oficial do ensino, pois, de acordo com Varela (2013), o objetivo do ministério é que os cabo-verdianos falem pelo menos duas línguas internacionais para além do CCV, a fim de facilitar a internacionalização do ensino. Assim, o CCV continua a ser utilizado oficialmente no contexto educativo apenas como um recurso para apoiar a aprendizagem no PE (Czopek 2022).

#### 4. CONTEXTO ESCOLAR

No âmbito do nosso projeto individual realizado *in situ*, entrevistámos 150 informantes das ilhas de São Vicente e Santiago, fazendo perguntas sobre as suas preferências e experiências linguísticas no contexto escolar. O perfil social deste grupo segundo as variáveis escolhidas é o seguinte: grau de escolaridade (básico: 21 pessoas; secundário: 20 pessoas; médio: 63 pessoas; superior: 46 pessoas), idade (0–25 anos: 63 pessoas; 26–40 anos: 38 pessoas; 41–60 anos: 33 pessoas; 61–84 anos: 16 pessoas) e intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 77 pessoas; algumas vezes por semana: 24 pessoas; algumas vezes por mês: 28 pessoas; esporadicamente: 21 pessoas). Seguem-se os dados numéricos (número de pessoas – percentagem dentro do subgrupo) correspondentes às respostas afirmativas das questões nas entrevistas:

**1. Acha que o PE deve ser a única língua de ensino em Cabo Verde? – 23 pessoas (15%)**

- grau de escolaridade (básico: 0 – 0%; secundário: 4 – 20%; médio: 10 – 16%; superior: 9 – 20%),
- idade (0–25 anos: 5 – 8%; 26–40 anos: 4 – 10%; 41–60 anos: 7 – 21%; 61–84 anos: 7 – 44%),
- intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 13 – 10%; algumas vezes por semana: 4 – 13%; algumas vezes por mês: 6 – 14%; esporadicamente: 0 – 0%).

**2. Acha que o ensino em Cabo Verde devia ser bilingue PE-CCV? – 118 pessoas (79%)**

- grau de escolaridade (básico: 17 – 81%; secundário: 13 – 65%; médio: 51 – 81%; superior: 37 – 80%),
- idade (0–25 anos: 56 – 89%; 26–40 anos: 31 – 82%; 41–60 anos: 24 – 73%; 61–84 anos: 7 – 44%),
- intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 64 – 90%; algumas vezes por semana: 20 – 79%; algumas vezes por mês: 19 – 68%; esporadicamente: 15 – 71%).

**3. Acha que o CCV devia ser a única língua de ensino em Cabo Verde? – 9 pessoas (6%)**

- grau de escolaridade (básico: 4 – 19%; secundário: 3 – 15%; médio: 2 – 3%; superior: 0 – 0%),
- idade (0–25 anos: 2 – 3%; 26–40 anos: 3 – 8%; 41–60 anos: 2 – 6%; 61–84 anos: 2 – 12%),
- intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 0 – 0%; algumas vezes por semana: 0 – 0%; algumas vezes por mês: 3 – 18%; esporadicamente: 6 – 29%).

**4. Acha que o PE deve ser usado no contexto escolar, fora da sala de aula? – 8 pessoas (5%)**

- grau de escolaridade (básico: 0 – 0%; secundário: 0 – 0%; médio: 0 – 0%; superior: 8 – 17%),
- idade (0–25 anos: 0 – 0%; 26–40 anos: 1 – 3%; 41–60 anos: 3 – 9%; 61–84 anos: 4 – 25%),
- intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 6 – 78%; algumas vezes por semana: 2 – 8%; algumas vezes por mês: 0 – 0%; esporadicamente: 0 – 0%).

**5. Acha que o PE é/era bem ensinado na escola? – 41 pessoas (27%)**

- grau de escolaridade (básico: 9 – 43%; secundário: 14 – 70%; médio: 8 – 13%; superior: 22 – 46%),

- idade (0–25 anos: 8 – 13%; 26–40 anos: 9 – 24%; 41–60 anos: 11 – 33%; 61–84 anos: 13 – 81%),
- intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 12 – 16%; algumas vezes por semana: 10 – 42%; algumas vezes por mês: 13 – 46%; esporadicamente: 6 – 29%).

## 6. Os professores deixam/deixavam usar o CCV nas aulas? – 27 pessoas (18%)

- grau de escolaridade (básico: 0 – 0%; secundário: 2 – 10%; médio: 20 – 32%; superior: 5 – 11%),
- idade (0–25 anos: 22 – 35%; 26–40 anos: 3 – 13%; 41–60 anos: 2 – 0%; 61–84 anos: 0 – 0%),
- intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 17 – 22%; algumas vezes por semana: 9 – 38%; algumas vezes por mês: 1 – 4%; esporadicamente: 0 – 0%).

A última pergunta, de carácter aberto, foi colocada para saber se os informantes têm observado mudanças na situação linguística no contexto escolar. Seguidamente, apresentar-se-ão algumas respostas escolhidas em função da idade e da proveniência dos informantes (I), mantendo a forma original:

- É absurdo dizer que nas universidades domina o PE. Nas salas de aula é que se fala português, mas mesmo na sala de aula há reservas: só se o professor estiver presente, se o professor só fala português com os alunos e se aceita que os alunos falem só português com ele. No momento em que passam o limiar da porta, não só entre eles continuam a falar crioulo, mas até com os professores. Antigamente, sobretudo antes da independência, havia mais imposição para falar PE na universidade (I 39, São Vicente, 38 anos de idade).
- É o PE que internacionaliza Cabo Verde. É útil para estudar fora, mas ter o PE como a única língua de ensino é utópico. O CCV podia ser mais valorizado, os professores podiam explicar em PE e o aluno não se repreendia se quisesse falar CCV. O ideal seria ter esta flexibilidade que nunca existiu de forma oficial (I 16, São Vicente, 24 anos de idade).
- Acho que o CCV nunca desapareceu da escola e sempre foi usado pelos alunos fora da sala de aula. Houve um período de proibição total, mas contaram-me que era usado às escondidas (I 123, São Vicente, 62 anos de idade).

## 5. CONTEXTO RELIGIOSO

Como já foi referido, a introdução da religião católica em Cabo Verde deveu-se à atividade missionária que começou em 1466 (Bento 2015: 69). Na fase inicial da colonização, dado o uso geral do CCV, os padres também recorriam à ajuda de intérpretes na catequização, passando gradualmente a usar o CCV, pois a instrução no PE era rudimentar e não estava

formalizada. No entanto, como era de prever, os elementos fixos dos ritos religiosos celebravam-se no latim ou no PE, também por causa da sua formalidade e prestígio, o que contribuiu para a posição social desta como língua do poder. Esta distribuição funcional das línguas parece ter-se mantido ao longo dos séculos, com alguma variação em função do lugar de celebração (cidade/campo) e do público (crianças/adultos; elites/povo) (Czopek 2020).

O grupo de informantes cujas respostas foram consideradas nesta parte da investigação inclui 3 sacerdotes e 84 crentes praticantes. De acordo com as informações fornecidas pelos 3 sacerdotes, o PE tem tido o papel de língua da comunicação escrita, utilizada não só em contextos sacramentais e litúrgicos na igreja, mas também nos sermões, principalmente em áreas urbanas e perante um público adulto. Tem sido a língua exclusiva das orações e dos textos litúrgicos, ensinada desde a formação básica dos seminaristas até ao treinamento contínuo do clero. Associada a um nível mais elevado de educação e cultura, tem sido vista com respeito no ambiente catequético, esperando-se inclusive o seu uso entre as elites cidadinas e nos contactos diretos com o clero. Os contextos nos quais o PE pode ser substituído pelo CCV são: sermões pregados nas vilas e aldeias, missas para um público muito jovem, partes menos oficiais dos sacramentos (por exemplo, da confissão) ou o contacto direto com o público, dependendo do seu nível de formação.

Observe-se que algumas das opiniões dos 84 informantes sugerem certas alterações nesta distribuição linguística atual. O perfil social deste grupo segundo as variáveis escolhidas é o seguinte: grau de escolaridade (básico: 17 pessoas; secundário: 20 pessoas; médio: 19 pessoas; superior: 28 pessoas), idade (0–25 anos: 17 pessoas; 26–40 anos: 28 pessoas; 41–60 anos: 26 pessoas; 61–84 anos: 13 pessoas) e intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 24 pessoas; algumas vezes por semana: 21 pessoas; algumas vezes por mês: 19 pessoas; esporadicamente: 20 pessoas). Seguem-se os dados numéricos (número de pessoas – percentagem dentro do subgrupo) correspondentes às respostas afirmativas das questões nas entrevistas:

### **1. Acha que o PE deve ser usado em todas as partes da liturgia e em todos os contextos sacramentais? – 24 pessoas (28%)**

- grau de escolaridade (básico: 0 – 0%; secundário: 7 – 35%; médio: 4 – 21%; superior: 13 – 46%),
- idade (0–25 anos: 2 – 12%; 26–40 anos: 6 – 21%; 41–60 anos: 11 – 42%; 61–84 anos: 5 – 38%),
- intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 6 – 25%; algumas vezes por semana: 10 – 48%; algumas vezes por mês: 5 – 26%; esporadicamente: 3 – 15%).

### **2. Acha que o PE deve ser usado em todas as partes da liturgia e em todos os contextos sacramentais, exceto nas partes menos oficiais, como no sermão ou na confissão? – 50 pessoas (59%)**

- grau de escolaridade (básico: 14 – 82%; secundário: 11 – 55%; médio: 15 – 79%; superior: 10 – 36%),

- idade (0–25 anos: 13 – 76%; 26–40 anos: 15 – 54%; 41–60 anos: 14 – 54%; 61–84 anos: 8 – 61%),
- intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 16 – 67%; algumas vezes por semana: 10 – 48%; algumas vezes por mês: 12 – 63%; esporadicamente: 12 – 60%).

### **3. Acha que o PE deve ser usado na comunicação informal com os padres cabo-verdianos? – 11 pessoas (13%)**

- grau de escolaridade (básico: 0 – 0%; secundário: 3 – 15%; médio: 4 – 21%; superior: 4 – 14%),
- idade (0–25 anos: 0 – 0%; 26–40 anos: 2 – 7%; 41–60 anos: 4 – 15%; 61–84 anos: 5 – 38%),
- intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 3 – 12%; algumas vezes por semana: 6 – 28%; algumas vezes por mês: 2 – 10%; esporadicamente: 0 – 0%).

### **4. Acha que o PE deve ser usado na comunicação com os outros crentes? 0 pessoas – 0%**

### **5. Acha que o PE deve ser usado na catequese? 17 pessoas (20%)**

- grau de escolaridade (básico: 0 – 0%; secundário: 6 – 30%; médio: 6 – 31%; superior: 5 – 18%),
- idade (0–25 anos: 0 – 0%; 26–40 anos: 4 – 14%; 41–60 anos: 5 – 19%; 61–84 anos: 8 – 61%),
- intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 5 – 21%; algumas vezes por semana: 6 – 28%; algumas vezes por mês: 6 – 31%; esporadicamente: 0 – 0%).

Tal como no caso do ensino, a última pergunta visava saber se os informantes tinham vindo a observar mudanças na distribuição funcional das duas línguas no contexto religioso ao longo da sua vida. Vejam-se algumas respostas escolhidas em função da idade e da proveniência dos informantes:

- Na catequese, o padre começava a falar em PE porque era tipo escola, um pouco oficial, mas depois, quando começávamos a participar, as pessoas distraíam-se e falavam CCV (I 141, Santiago, 19 anos de idade).
- Quando era criança e ia à missa, o padre costumava dizer o sermão em CCV porque havia muitas crianças que ainda não dominavam o PE. Agora, quando vou à igreja com a minha filha mais nova, é igual (I 22, São Vicente, 27 anos de idade).
- Penso que o PE se adequa bem à igreja. Nós falamos CCV no dia a dia, mas ir à igreja é algo especial e elegante, não é do dia a dia, e assim era também antigamente (I 57, São Vicente, 44 anos de idade).
- Eu observo que antigamente, na minha igreja, falava-se mais PE. Isso quando eu era mais jovem, as pessoas tinham esse costume. Agora observo que às vezes os padres usam o CCV e muitas pessoas até preferem isso (I 88, Santiago, 69 anos de idade).

## 6. CONCLUSÕES

No que diz respeito ao contexto do ensino formalizado, a situação das duas línguas ao longo do tempo pode resumir-se à imposição total do uso do PE em sala de aula e à omnipresença do CCV fora dela, o que inclusive levou à proibição do seu uso nos recintos escolares. Após a independência, o PE manteve a sua posição de única língua oficial de ensino devido à possibilidade de internacionalização e ao prestígio do qual ainda gozava, sendo associada ao poder e a um elevado estatuto social. No entanto, o CCV voltou a ser oficialmente usado em qualquer contexto escolar que não fosse a comunicação com o professor durante a aula ou na escrita. Atualmente, até há professores a permitir que os alunos recorram ao CCV, devido às suas dificuldades de expressão em PE, o que faz parte da experiência de 18% dos entrevistados. Porém, apesar da imposição do PE, observa-se que a grande maioria dos nossos inquiridos defende a sua manutenção como língua do ensino, preferencialmente no regime bilingue (79%). Esta preferência é especialmente visível entre os respondentes dos dois grupos etários mais jovens, com nível de escolaridade médio ou superior e contacto frequente com PE. A desnecessidade de introdução do CCV no ensino é advogada por 15% dos participantes, maioritariamente com grau de escolaridade e frequência de contacto com o PE semelhantes, mas de idade mais avançada (41–84 anos). Apenas 9 inquiridos (6%) preferiam que todo o ensino fosse em CCV, sendo sobretudo pessoas com escolaridade básica e contacto pouco frequente com o PE. É de ressaltar a necessidade de uma reforma na metodologia de ensino do PE, pois apenas 27% do grupo acha que *é/era* bem ensinado.

Quanto ao contexto religioso, facilmente se nota que o CCV não tem sido alvo de restrições nem imposições tão fortes, pois nunca foi completamente proibido nas instalações eclesiais. Pelo contrário, eram óbvios os benefícios de uma atividade catequizadora mais rápida e fácil graças ao uso do CCV. Embora o PE tenha chegado a substituí-lo na catequese durante o regime salazarista, atualmente a sua escolha tanto neste ambiente como em outros menos formais é condicionada ao tipo de público ou lugar de celebração. Portanto, contrariamente ao que acontece no contexto escolar, quem toma a decisão é o padre e os crentes. As partes fixas da liturgia e dos sacramentos são celebradas em PE por ser um costume, por haver falta de traduções para o CCV e por este funcionar como a língua principal da escrita. A análise das opiniões dos informantes sobre a situação atual e o futuro do PE no contexto religioso sugere que uma esmagadora maioria preferia que o PE não fosse utilizado em situações menos formais, como nos sermões, na catequese ou nas conversas com os padres conterrâneos e com os outros crentes. Esta tendência é visível sobretudo no caso do público jovem e com um nível de formação básico. Entre as pessoas que defendem o uso exclusivo do PE (28%), predominam aquelas com um nível de formação elevado, de idade mais avançada e que mantêm um contacto frequente com esta língua. Isto confirma as observações dos 3 sacerdotes, tratando-se dos representantes das elites intelectuais cidadinas. Quanto à distribuição funcional das línguas ao longo da vida dos informantes, apenas uma pessoa que nasceu antes da declaração da independência em 1975 comentou as mudanças nos costumes e nas preferências dos crentes, dando vantagem ao CCV.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA Marlyse, BRITO Inês, BANGURA Saidu, 2010, *Cape Verdean in education: a linguistic and human right*, (in:) *Creoles in Education: an appraisal of current programs and projects*, Bettina Migge, Isabelle Léglise, Angela Bartens (eds.), Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 273–296.
- BENTO Artur Monteiro, 2015, *Antropologia de Cabo Verde: diálogos, práticas, saberes e desafios contemporâneos*, Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Artprint.
- CARDOSO Ana Josefa, 2018, *Situação linguística de Cabo Verde: em português e na kabuverdianu*, (in:) *Políticas linguísticas em português*, Paulo Feytor Pinto, Sílvia Melo-Pfeifer (eds.), Lisboa: Lidel, 126–147.
- CARREIRA António, 1983, *Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460–1978)*, Praia: Instituto Caboverdiano do Livro.
- CARVALHO Maria Adriana Sousa, 2011, *O Liceu em Cabo Verde. Um imperativo de cidadania (1917–1975)*, Praia: Edições Uni-CV.
- CZOPEK Natalia, 2020, *Uso das línguas cabo-verdiana e portuguesa em contexto religioso na ilha de São Vicente, em Cabo Verde*, (in:) *Discours religieux : langages, textes, traductions*, Barbara Marczuk, Iwona Piechnik (eds.), Kraków: Biblioteka Jagiellońska, 23–37.
- CZOPEK Natalia, 2022, O português e a língua cabo-verdiana no sistema de educação superior na ilha de São Vicente em Cabo Verde, *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* n.º especial, vol. 2: 239–268.
- DELGADO Carlos Alberto, 2009, *Crioulos de base lexical portuguesa como factores de identidades em África. O caso de Cabo Verde*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- DUARTE Dulce Almada, 1998, *Bilinguismo ou diglossia? As relações de força entre o crioulo e o português na sociedade cabo-verdiana*, Praia: Spleen Edições.
- FISHMAN Joshua A., 1980, Bilingualism and biculturism as individual and as societal phenomena, *Journal of Multilingual and Multicultural Development* 1(1): 3–15.
- FREITAS Elvira Gomes dos Reis, 2011, *O crioulo como língua materna em Cabo Verde e as suas implicações no currículo escolar desenvolvido em português*, vol. 1, tese de doutoramento, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, disponível em: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/3680> (acesso em: 28.04.2024).
- LOPES Amália Maria Vera-Cruz de Melo, 2016, *As línguas de Cabo Verde. Uma radiografia sociolinguística*, Praia: Edições Uni-CV.
- NEVES Ana Cristina Viegas das, 2007, *Língua e poder em Cabo Verde: a situação de diglossia nas escolas primárias*, tese de doutoramento, Zurique: Universidade de Zurique, disponível em: <https://www.zora.uzh.ch/id/eprint/33422/1/ZORA33422.pdf> (acesso em: 10.05.2024).
- ROSA João, 2010, *Discursos linguísticos e realidades nas salas de aulas. Vencendo a luta pelo controle*, Praia: Edições Uni-CV.
- SWOLKIEN Dominika, 2015, *The Cape Verdean Creole of Sao Vicente: Its Genesis and Structure*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- VARELA Bartolomeu Lopes, 2013, *Evolução do Ensino Superior Público em Cabo Verde: da criação do curso de formação de professores do ensino secundário à instalação da universidade pública*, Praia: Edições UniCV.
- VEIGA Manuel, 1995, *O crioulo de Cabo Verde: Introdução à gramática*, Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.